

Apresentação da Seção Temática – Condições de Trabalho, Remuneração e Carreira Docente no Contexto Atual

Andreza Barbosa^I

Maria José da Silva Fernandes^{II}

^IPontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas/SP – Brasil

^{II}Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru/SP – Brasil

Apresentação

As condições de trabalho docente, assim como a remuneração e carreira de professores(as) são temáticas importantes a serem enfrentadas por políticas educacionais que defendam uma educação de qualidade. A literatura acadêmica, nacional e internacional, assim como a própria legislação brasileira, reconhece a importância dessas condições e o caráter estruturante que apresentam para a valorização profissional. Apesar disso, as políticas educacionais implementadas no Brasil não apenas avançaram pouco nesse sentido, como têm contribuído, com seus projetos e medidas, para agravar processos de proletarianização, precarização e intensificação do trabalho docente.

Na atualidade, com o advento de modelos procedentes do setor empresarial e seus desdobramentos no espaço escolar – terceirização, plataformização, avaliações externas baseadas em métricas, pagamentos por desempenho e valorização da meritocracia – os(as) profissionais da educação pública tem convivido com visível redução de direitos (mesmo que ainda insuficientes) historicamente conquistados, fragilização de vínculos empregatícios, redução da autonomia e ampliação de demandas e controle sobre o trabalho docente. Em cenário de mudanças no qual tantas são as emergências a dar conta, há risco de apagamento das discussões sobre as condições de trabalho daqueles(as) que se dedicam à educação escolar e sem os(as) quais não há processo de ensino e aprendizagem que se efetive, o que coloca em risco a escolarização das futuras gerações.

Nesse sentido, vale destacar que as condições de trabalho, remuneração e carreira docente são elementos diretamente vinculados ao fenômeno da escassez de professores que tem sido preocupação de tantas redes de ensino e, até mesmo, de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta é uma problemática que precisa ser enfrentada com urgência. Ocorre que, como os professores constituem a maioria do funcionalismo público, discutir melhores condições de trabalho, remuneração e carreira docente, implica necessariamente retomar a discussão acerca do financiamento da educação. Tendo isso em vista, a seção temática “Condições de trabalho, remuneração e carreira docente no contexto atual” busca trazer à discussão as diferentes dimensões dessas temáticas, tendo como eixo central a questão do financiamento

da educação e dos recursos públicos destinados aos(às) profissionais da área, bem como os efeitos das políticas recentes sobre o trabalho.

Os artigos que compõem a seção temática abrangem resultados de pesquisas realizadas nas cinco regiões brasileiras e um ensaio que aborda a temática dos salários docentes no Brasil em comparação com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também compõem a seção, um artigo elaborado por pesquisador angolano e outro decorrente de pesquisa realizada na Espanha. O panorama trazido pelos dez textos articulados à seção temática possibilita uma compreensão ampla, diversificada e atual sobre temática tão importante e, ao mesmo tempo, tão urgente.

O conjunto de textos traz elementos que nos permitem refletir sobre as diferenças das condições de trabalho, remuneração e carreira entre o Brasil e outros países, entre diferentes estados brasileiros, em redes estaduais e municipais específicas, em escolas privadas, na educação básica como um todo e na educação infantil especificamente. Considerando a importância coletiva dos artigos e as particularidades abordadas por cada um deles, iniciamos a seção temática com o ensaio intitulado *Financiamento da Educação, Salários e Carreiras Docentes: construindo uma contribuição com base no PSPN e em parâmetros externos*, de Rubens Barbosa de Camargo. O texto apresenta dados e análises sobre salários docentes no Brasil e em outros países da OCDE e evidencia que, mesmo que o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) tenha tido grande impacto na remuneração docente no Brasil, os salários dos professores brasileiros ainda são muito inferiores aos dos docentes de outros países, exigindo novas políticas e práticas para a valorização profissional.

Na sequência, o artigo de Dalila Andrade Oliveira, Edmilson Antonio Pereira Junior, Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves e Maria Helena Augusto, intitulado *Financiamento da Educação e Condições de Trabalho Docente: uma perspectiva das redes estaduais de ensino*, analisa a relação entre financiamento da educação e condições de trabalho docente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, considerando as diferenças entre a receita per capita desses entes federados. Tendo como hipótese que os estados com maior receita apresentam melhores condições de trabalho, o texto contribui para a compreensão da importância do financiamento para a valorização docente.

No artigo *Relações de Trabalho no Setor Privado de Ensino no Brasil: capitalismo selvagem nas veias*, José Marcelino de Rezende Pinto e Gabriela Diamanti abordam a situação – ainda pouco conhecida – dos professores que atuam em escolas privadas, setor diverso e complexo. Embora esses professores configurem a minoria dos docentes brasileiros da educação básica, a análise realizada cumpre papel importante ao trazer elementos para a reflexão sobre o cenário de (des)valorização generalizada do setor privado. Neste sentido, os autores discutem o atendimento (ou não) da legislação trabalhista e destacam o descumprimento sistemático de tal legislação.

Maíra Gallotti Frantz, Thiago Alves, Adriana Dragone Silveira e Gabriela Schneider, no artigo denominado *Indicadores das Condições de Trabalho Docente: panorama da produção científica em periódicos de políticas educacionais no Brasil*, apresentam os resultados de uma revisão da literatura sobre as condições de trabalho docente na educação básica pública brasileira. No texto, destacam a centralidade das pesquisas nos aspectos relativos à remuneração e infraestrutura das escolas e, em contrapartida, a ausência de elementos importantes, tais como, tamanho do quadro docente, volume de trabalho, forma de ingresso

na carreira e plano de carreira. Completam o artigo indicando a necessidade de ampliação dos indicadores necessários ao monitoramento das condições de trabalho docente.

O artigo intitulado *Insegurança, Flexibilidade e Intensificação na Vida de Professores: o caso da rede estadual do Paraná*, de autoria de Andréa Barbosa Gouveia e Daniel Hess, tem como foco a discussão relativa à flexibilização dos vínculos trabalhistas na rede de ensino, com a presença de contratos temporários decorrentes de processos seletivos simplificados e de contratações via CLT, decorrentes de processos de privatização da gestão. O texto destaca o crescimento dos contratos temporários e a emergência da insegurança, compreendida como situação de fragilidade contratual que atinge o trabalhador em seu aspecto pedagógico, financeiro e social, além da intensificação e do desrespeito ao Piso Nacional.

O artigo *O Vínculo de Trabalho Docente em Rede Estadual de Ensino (2014 a 2024)*, de autoria de Maria Diléia Espíndola Fernandes, discute o vínculo como uma das dimensões de valorização profissional, a qual é protegida pelos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais. A autora parte de dados de pesquisa de caráter exploratório e documental que utilizou como fontes as Sinopses Estatísticas da Educação Básica, os Relatórios de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, material de imprensa e documentos do âmbito sindical. O campo empírico abordado no texto é a rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2014 a 2024.

Joedson Brito dos Santos, Emanuela Celi da Silva Ferreira e Dalva Valente Guimarães Gutierrez assinam o artigo *Valorização das Profissionais do Magistério da Educação Infantil de Santa Cruz do Capibaribe/PE*. No texto apresentam resultados de um estudo que adotou o materialismo histórico dialético como campo epistemológico e que empregou a análise documental como estratégia metodológica, considerando-se o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), a legislação e as tabelas de vencimentos do mencionado município. Os resultados apontam que, embora tenham havido melhorias nos vencimentos com a implementação do PSPN e a criação do PCCR, ainda persistem disparidades salariais em relação aos docentes do ensino fundamental e diferenças no ingresso na carreira que resultam em perdas nos vencimentos das professoras da EI.

Já o artigo *Considerações sobre a (des)Valorização Docente na Educação Básica nos Territórios das Amazônias e suas Interfaces com o Financiamento da Educação*, de autoria de Daihana Maria dos Santos Costa, Marcia Maria dos Santos e Rosana Maria Gemaque Rolim, analisa a relação entre o financiamento da educação e as políticas de valorização docente em 10 municípios da Amazônia. As autoras destacam os limites estruturais da capacidade de financiamento municipal, com impactos diretos sobre a remuneração e as condições de trabalho docente, revelando desigualdades territoriais persistentes. Concluem que as políticas de valorização docente estão condicionadas a políticas mais amplas de ajuste fiscal e reformas gerenciais, que operam em antinomia com os princípios de valorização profissional.

Os dois últimos artigos da seção abordam o tema a partir da perspectiva internacional, ampliando nossa mirada para além das questões brasileiras. Francisco Caloia Hombo Alfredo, no texto *Carreira Docente, Condições de Trabalho e Remuneração dos Professores em Angola*, analisa a legislação local e as reivindicações de sindicatos de professores para

discutir a valorização docente naquele país. Por fim, Diego Martín-Alonso e Mateus Arguelho, no artigo *La Proletarización Docente en la Era Digital del Capitalismo: una indagación narrativa* abordam a proletarização no trabalho docente no contexto de digitalização na Espanha, partindo-se de um estudo de caso em profundidade com uma professora que vivencia novas formas de controle e redução da autonomia.

Com esta Seção Temática esperamos contribuir para recolocar a importância da relação entre o financiamento e as condições de trabalho, remuneração e carreira docente no debate educacional. Desejamos a todos uma boa leitura!

Andreza Barbosa é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas na linha de pesquisa 'Políticas públicas em educação' e líder do grupo de pesquisa 'GentES: escola, formação e políticas'. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0363-7608>

E-mail: andrezab27@gmail.com

Maria José da Silva Fernandes é Professora Associada na Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências - Campus Bauru - Departamento de Educação e credenciada como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara. Livre Docente em Gestão Escolar. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar e Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PQ-2).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4747-6570>

E-mail: mj.fernandes@unesp.br

Editora responsável: Theresa Adrião

